

Contra nova tabela, 18 hospitais suspendem serviço ao IPE Saúde

Dezoito instituições vão interromper atendimentos eletivos a partir da próxima segunda-feira

Impasse no IPE leva a suspensão de serviços

PAULO ROCHA
paulo.rocha@rdgaucha.com.br

Dezoito hospitais do Rio Grande do Sul anunciaram a suspensão nos atendimentos eletivos pelo IPE Saúde a partir da próxima segunda-feira. A medida é uma resposta ao governo do Estado em razão das novas tabelas para remuneração por diárias, taxas, materiais, medicamentos e dietas oferecidos a segurados.

O anúncio foi feito ontem pela Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do RS (Fehosul) e pela Federação das Santas Casas e Hospitais sem Fins Lucrativos do RS (Federação RS). A suspensão afetará, segundo as entidades, 25.446 segurados do IPE Saúde com consultas, exames, internações e procedimentos marcados. Atendimentos de urgência e emergência não serão suspensos.

Entre os hospitais estão Divina, Ernesto Dornelles, Mãe de Deus, São Lucas da PUCRS e Santa Casa de Porto Alegre. As 18 instituições de saúde (veja a lista ao lado) são responsáveis por 60% da assistência ao IPE no Estado.

Os atendimentos agendados até domingo estão mantidos. Os demais pacientes serão contatados ao longo da semana. A nova tabela do IPE já entrou em vigor este mês, reajustando valores em diárias, medicamentos e materiais hospitalares.

As instituições

- Hospital Divina (Porto Alegre)
- Hospital Ernesto Dornelles (Porto Alegre)
- Hospital Mãe de Deus (Porto Alegre)
- Hospital São Lucas da PUCRS (Porto Alegre)
- Santa Casa de Porto Alegre
- Hospital Tacchini (Bento Gonçalves)
- Hospital de Caridade de Cachoeira do Sul
- Hospital Santa Lúcia (Cruz Alta)
- Hospital de Caridade de Erechim
- Hospital Dom João Becker (Gravataí)
- Hospital de Clínicas de Ijuí
- Hospital Bruno Born (Lajeado)
- Hospital de Clínicas de Passo Fundo
- Hospital São Vicente de Paulo (Passo Fundo)
- Complexo Hospitalar Astrogildo de Azevedo (Santa Maria)
- Hospital Vida e Saúde (Santa Rosa)
- Hospital Ivan Goulart (São Borja)
- Hospital Sapiranga

Os hospitais questionam o estudo realizado pelo Estado que apontou sobrepreço na cobrança de medicamentos. Houve casos de valores praticados de uma margem de lucro de até 2.310%.

As casas de saúde, no entanto, afirmam que estão amparadas em comunicado da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) da Presidência da República, de maio de 2009, e resolução da Agência Nacional de Saúde Suplementar, de dezembro de 2010.

— São tabelas contratadas com o próprio IPE e que tinham margens desproporcionais em alguns itens. Mas é o que equilibrava os contratos que tínhamos, especialmente pelas defasagens em diárias e taxas. Por exemplo, uma diária de R\$ 368 de um quarto privativo, pago pelo IPE, mas que custava para os hospitais R\$ 940. A margem final (para o hospital) era de 11,8% — afirma o diretor-geral da Santa Casa, Julio Dornelles de Matos.

“Ameaça”

Em nota, o IPE Saúde disse que a decisão “ressoa como ameaça” e acusou os hospitais de “total falta de interesse em buscar dialogar com o instituto naquilo que for negociável” e de “falta de responsabilidade social com o momento que passa a saúde em nosso Estado, com hospitais e emergências lotados”.

O órgão disse ainda que buscará alternativas “que mitiguem o impacto dessa desassistência anunciada, inclusive, com a busca de novos hospitais parceiros”.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Página: 8